



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO SERVIÇO SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

KELYANE SILVA DE SOUSA¹
DANIELE EDUARDO ROCHA²
IRINEIA RAQUEL VIEIRA³

RESUMO

A extensão é um pilar na formação profissional, outrora negligenciada. Nesse sentido, o CNE (2018) estabeleceu as diretrizes que incluem a extensão como componente curricular obrigatório. O objetivo deste trabalho é compartilhar a experiência docente com a curricularização da extensão em uma instituição de ensino superior privada em Fortaleza-Ceará. Outrossim, serão descritas as vivências das professoras responsáveis pela atividade, em uma abordagem qualitativa, juntamente com o levantamento bibliográfico e documental. Assim, a relevância da extensão é notória por propiciar vivências inovadoras. Contudo, diversos desafios permeiam a atividade, como a precarização e privatização do ensino superior, descaracterizando o propósito da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Curricularização da extensão; Serviço Social; Docência; Ensino superior.

ABSTRACT

Extension is a pillar in professional training, once neglected. In this sense, the CNE (2018) established guidelines that include extension as a mandatory curricular component. The objective of this work is to share the teaching experience with the curricularization of extension in a private higher education institution in Fortaleza-Ceará. Furthermore, the experiences of the teachers responsible for the activity will be described, in a qualitative approach, together with the bibliographic and documentary survey. Thus, the relevance of the

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Centro Universitário Ateneu

extension is notable for providing innovative experiences. However, several challenges permeate the activity, such as the precariousness and privatization of higher education, mischaracterizing its purpose.

Keywords: Extension curriculum; Social Service; Teaching; Higher education.

I. INTRODUÇÃO

A universidade é composta pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que é amplamente discutido e difundido no âmbito acadêmico. Entretanto, o ensino se sobrepõe aos outros dois nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação por conter uma carga horária mínima delimitada pelo Ministério da Educação nas Diretrizes Curriculares do Ensino Superior e há um indicativo para construção da pesquisa e da extensão, mas esses dois últimos representam ainda um desafio, seja pela ausência de recursos destinados para tal ou seja pela falta de interesse das Instituições de Ensino Superior - IES, devido à uma formação de caráter mais tecnicista.

As atividades de extensão universitária são compreendidas como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, as quais promovem a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2010). Essas podem contribuir para proporcionar esse espaço de aproximação entre teoria e prática, possibilitando aprendizado e vivências empíricas com a comunidade a esses estudantes que estão em processo de formação.

Segundo Saraiva (2007), a extensão viabiliza ao estudante a experiência de vivências significativas, proporcionando reflexões sobre as grandes questões da atualidade e, com base na experiência e nos conhecimentos produzidos, o desenvolvimento de uma formação que contempla as particularidades nacionais, regionais e locais. Os três fundamentos da universidade, isto é, ensino, pesquisa e extensão, oportunizam experiências a discentes e docentes, mas a extensão faz a associação paralela imediata entre o conhecimento científico e o popular.

Como destacado, historicamente, a extensão vem ocupando um lugar pouco privilegiado dentro das universidades. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) enfatizou a necessidade da inserção da extensão nos currículos, incluindo dos cursos de bacharelado, como é o caso do curso de Serviço Social. Outrossim, em 2018 o Conselho Nacional de Educação (CNE),



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a partir da Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018.

Essas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira propõem a chamada Curricularização da Extensão, que implica na regulamentação das atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares no país. Este documento prevê a obrigatoriedade de no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Tal regulamentação originou um debate ampliando nas entidades representativas da profissão, especialmente o conjunto CFESS-CRESS⁴ e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS⁵ em torno de como esse processo deveria ser realizado e os impactos que traria para a formação profissional em Serviço Social. Assim, entende-se que a extensão pode ser um caminho para estabelecer um diálogo entre a academia e a comunidade, contribuindo para uma formação crítica, competente e que parte do que a realidade social aponta, o que é fundamental para um exercício profissional de qualidade e coerente com as demandas apresentadas nos campos profissionais.

Nesse sentido, adota-se uma abordagem crítica acerca da experiência da extensão, baseado nos princípios éticos da profissão de Serviço Social em concordância como documento “Curricularização da Extensão e Serviço Social” da ABEPSS de 2022, um importante balizador para a inserção da extensão como componente curricular nas IES’s de todo país:

O desafio deste documento neste sentido, é o de estabelecer relações, entre os princípios profissionais a partir da sua renovação crítica e uma confluência com princípios que aparecem no debate na universidade, mas não só, e, que apontam para uma concepção de extensão que entendemos pode ser chamada de popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana. Não desconsideramos aqui, como explícito anteriormente, que estão em disputa dentro da universidade posições e concepções acerca do desenvolvimento da prática extensionista, ao mesmo tempo não se desconsidera que estas diversidades de compreensões também se fazem sentir no âmbito profissional, contudo, cabe-nos referenciar aqui, os debates que afinam o projeto profissional a uma concepção ampla e crítica de extensão (p. 17).

Diante disso, este trabalho pretende relatar como vem sendo realizada a curricularização da extensão em uma IES privada de Fortaleza, Ceará, onde as autoras são docentes, refletindo sobre os desafios e contradições desse processo, em um contexto de privatização e precarização do ensino superior. Preferimos não identificar a IES por questões éticas e para preservar o sigilo dos atores envolvidos na atividade, como discentes, instituições e usuários dos serviços.

⁴ Composto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A metodologia utilizada é baseada na descrição das vivências das autoras como professoras responsáveis pela atividade de extensão na IES privada, em uma abordagem qualitativa, juntamente com o levantamento bibliográfico baseado nas produções acadêmicas acerca do tema e documental através das legislações e diretrizes do Ministério da Educação – MEC e das entidades representativas da categoria de Serviço Social, além do relato de campo baseado no cotidiano da docência no ensino superior.

II. EXPERIÊNCIAS DOCENTES EM UMA IES PRIVADA

É relevante destacar desde o início do relato que na IES em que se deu a experiência, antes de acontecer a curricularização da extensão, não eram realizadas ações permanentes de caráter extensionista. Contudo, em algumas disciplinas do curso de Serviço Social eram previstos conteúdos e vivências que aproximavam estudantes e comunidade em atividades pontuais, sem característica de permanência e periodicidade elencadas no plano de ensino.

Com o estabelecimento das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a IES precisou repensar a maneira de contemplar a extensão na formação profissional, incorporando-a, semestralmente, por um período de 4 meses, com carga horária de 60 horas. Iniciado no semestre 2021.2, cada curso de graduação deveria propor um projeto de extensão, com temática pertinente ao seu curso, o que impulsionou todo um trabalho do colegiado em torno de pensar a inclusão da atividade em um breve espaço tempo – menos de um semestre - sem as devidas reflexões e debates necessários para a preparação. Esse formato permaneceu até o semestre 2024.1.

Ainda que não houvesse essa preparação, a extensão foi implementada em caráter de obrigatoriedade e urgência, em um processo que impulsionou o corpo docente a ir adequando suas atividades e ir aprendendo a “fazer extensão” junto com execução. Até 2024 já foram trabalhadas temáticas no curso de Serviço Social como: Instrumentalidade, Terceiro Setor, Violência contra a Mulher, Gerontologia e Controle Social, em semestres distintos. Essas temáticas são sugeridas pela professora⁶ que fica responsável pela atividade naquele semestre. A profissional escreve o projeto, envia para a coordenação de curso e esta encaminha para a coordenação da extensão, para aprovação.

⁶ Incluímos o termo professora no feminino pela maioria do colegiado ser composto por mulheres e para afirmar que a execução das atividades de extensão até aqui tenha sido todas executadas por mulheres.

O projeto precisava contemplar atividades de quatro eixos distintos até o semestre 2023.2, quais sejam: Cursos/ Palestras (onde os estudantes, sob orientação da docente responsável, ficavam responsáveis por levar cursos ou palestras para a comunidade contemplada pelo projeto de extensão); Eventos (os quais os estudantes matriculados em extensão deveriam participar com temáticas pertinentes ao tema); Prestação de serviços (atividade realizada pelos estudantes com a comunidade implicada no projeto de extensão para prestar algum serviço a ela de acordo com sua área de formação) e Produção intelectual (segundo a qual os estudantes deveriam elaborar um produto intelectual, como o um folder, cartilha ou produção audiovisual, dentre outras, para ser divulgado para a comunidade acadêmica e para a comunidade em geral). Todas essas atividades deveriam acontecer sob orientação do docente responsável.

Além disso, ao final da atividade de extensão, os estudantes precisam elaborar um portfólio contemplando todas as atividades realizadas durante o semestre e recomenda-se apresentar um trabalho acadêmico, na modalidade resumo simples, pertinente à sua vivência na extensão para ser apresentado na Mostra Acadêmica, evento realizado semestralmente pela IES.

Contudo esse trabalho é prenhe em desafios e aqui situaremos alguns deles. O primeiro diz respeito ao período curto em que as atividades são realizadas, com duração máxima de quatro meses por semestre e carga horária de 60 horas semanais, inviabilizando uma imersão mais profunda do estudante e um maior beneficiamento da comunidade atendida.

Esse é apenas um dos reflexos da maneira precarizada através da qual a atividade é conduzida. A instituição não paga permanentemente uma docente para ficar responsável para conduzir a extensão. Paga o equivalente a uma disciplina por um período de quatro meses para que ela fique responsável por organizar e executar a atividade. É relevante destacar nesse ponto que os professores são contratados na instituição como horistas, o que expõe as difíceis condições de trabalho quando a remuneração não acompanha o período de tempo que corresponde ao semestre letivo.

Essa docente fica responsável por conduzir a extensão naquele semestre nas duas sedes da IES e nos dois turnos (manhã e noite) para todos os semestres do seu curso, em horários e sedes distintas e sem haver um dia fixo no quadro de horários para encontros presenciais com os(as) estudantes. Assim, considerando a impossibilidade de estar em duas sedes⁷ e em dois horários distintos, as docentes agendam reuniões remotas com os estudantes, considerando dias e horários que são minimamente compatíveis com as agendas dos discentes e da professora.

⁷ Enfatiza-se aqui a distância geográfica das sedes que se localizam em pontos opostos da cidade.

Contudo, nem sempre todos conseguem estar presentes e, ao contrário disso, há uma quantidade expressiva de estudantes que não conseguem comparecer aos encontros, ou que não participam porque têm a segurança de que esses encontros ficarão gravados (embora parte significativa não os assista posteriormente).

Isso gera uma grande dificuldade dos(as) estudantes entenderem o formato da extensão, as atividades que acontecerão, de que forma serão realizadas e avaliadas, embora todas essas informações sejam passadas nesses encontros virtuais e o material fique disponibilizado na plataforma da IES, refletindo aquilo que já relatam em sala: a de lidar com encontros e materiais em formato virtual. Nesse sentido, há uma insatisfação dos (das) discentes com o modelo adotado pela instituição e muitas reclamações são realizadas para os professores e para a coordenação de curso.

Para além disso, ainda refletindo sobre a questão dos (das) estudantes e a qualidade do acompanhamento dessa atividade pelo docente, é necessário situar que, dado o fato de a instituição juntar duas sedes e dois turnos, a quantidade de estudantes é grande, contando com todos os estudantes matriculados nessa atividade durante o semestre, o que já chegou a representar mais de 100 estudantes por semestre, no curso de Serviço Social. Isso dificulta que as docentes consigam acompanhar mais de perto e com qualidade esses estudantes nas atividades extensionistas

Cabe ressaltar que esse número, apesar de já ser bastante extenso, ainda é pequeno se comparado a outros cursos da IES, uma vez que o nosso é um dos que mais vem perdendo discentes nos últimos anos, estando com turmas minúsculas e com migrações em larga escala para a modalidade à distância.

No semestre 2024.1, segundo a coordenação da extensão, visando flexibilizar o processo para os estudantes, a IES optou por reduzir de quatro eixos (aqueles situados anteriormente) para dois, a serem escolhidos a critério do professor, desde que seja mantida a prestação de serviços à comunidade, mantendo também a carga horária de 60 horas semestrais.

Enfatizamos que, mesmo diante de toda a precarização na forma através da qual a extensão vem sendo viabilizada nesta IES, no semestre atual, 2024.2, a IES informou aos docentes, por meio de reunião com o coordenador da mesma, que a partir de agora, não seriam mais propostos projetos por cursos, mas sim que contemplem um caráter interdisciplinar. No campo do discurso, parece algo positivo, por possibilitar um trabalho em perspectiva conjunta entre os cursos, garantindo a interdisciplinaridade.

Contudo, a maior implicação disso é deixar um docente responsável por acompanhar um projeto de caráter interdisciplinar, em mais de um curso, podendo esse ficar responsável por conduzir a extensão para mais de 300 estudantes em um semestre, o que precariza ainda mais o trabalho desenvolvido e o deixar ainda mais distante de garantir que ele aconteça com qualidade. No que se refere aos pagamentos dos docentes inseridos na extensão esse será feito somente no final do semestre após entrega de todos os produtos referentes a extensão, o que indica que o profissional irá trabalhar por todo um semestre sem receber nenhuma ajuda de custo que viabilize seu trabalho.

Vale ressaltar que nesse processo de docência junto a extensão as professoras relatam adoecimento, advindos da pressão que sofrem nesse processo, por terem que acompanhar um número expressivo de alunos, pelo fato de não possuírem um dia na grade curricular para orientação e acompanhamento dos discentes, o que gera uma cobrança dos alunos e insatisfação dos mesmos com as atividades de extensão.

Ainda temos que pautar a realidade dos alunos que cursam a extensão, onde temos um perfil de alunos trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem realizar a carga horária da extensão de forma completa, pois estão em seus trabalhos e não conseguem liberação para realização das atividades o que dificulta sua participação no processo.

Os pontos apresentados nos direciona para o que diz Bertollo (2021), ao afirmar que o processo de curricularização da extensão aponta para a imposição de cumprimento desta meta, sem possibilitar condições palpáveis ao corpo docente e aos discentes para sua execução, embora a luta em defesa da extensão seja legítima, nessa conjuntura há uma linha tênue entre essas questões. A autora ainda reflete acerca da relevância da articulação do tripé - ensino, pesquisa e extensão - no processo de formação profissional, durante a graduação e que os mesmos estejam diretamente relacionados ao Projeto ético político profissional das assistentes sociais e a uma orientação de caráter popular e classista.

Nesse sentido, entendemos que a curricularização da extensão nessa IES, pela forma como vem se materializando, perde conexão com os seus fundamentos e passa a se tornar uma mera atividade que precisa ser cumprida, para gerar os resultados que a IES espera e solicita, o que implica numa vivência frágil para os estudantes do ponto de vista formativo, contribuindo aquém daquilo que poderia e deveria na formação profissional deles,

III. CONCLUSÃO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O processo de curricularização no ensino superior no Brasil se configura como algo referendado do ponto de vista legal, e é cerne de uma disputa ideológica sobre a educação superior no Brasil, na IES em destaque esse processo vem ocorrendo desde 2021.2 e conforme ressaltado o mesmo ocorre de forma acelerada e desordenada contribuindo para o processo de sucateamento e precarização do ensino superior.

Apontamos que este processo apresenta como principais limites seu caráter superficial que não permite uma inserção dos participantes no cerne das expressões da questão social junto à comunidade, por não possuir um caráter de continuidade, o que impacta diretamente na proposta da curricularização da extensão.

Outro aspecto contundente se refere à precarização e exploração do trabalho docente nesse processo, contribuindo com processos de adoecimento dos profissionais, fruto do trabalho intenso e da cobrança por parte de discentes e da própria instituição, onde essa última não oferece condições para realização do trabalho docente junto à extensão.

A realidade da classe trabalhadora estudantil não é levada em consideração e sobrecarrega também os alunos em seu processo de formação profissional, alguns não avançam na extensão e outros a realizam de forma superficial apenas para cumprimento da carga horária.

Pontuamos que não se pode pensar em um avanço da PNE no processo de curricularização da extensão, sem garantias tangíveis para execução por parte de docentes e discentes, com ações que de fato contemplem a concepção de extensão em sua essência enquanto atividade fundamental no processo de formação profissional que proporcione uma transformação junto à comunidade dentro de um viés classista e colaborem para o fortalecimento dos princípios e valores defendidos por assistentes sociais em seu projeto ético político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

Acesso em: 14 de jul. de 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Curricularização da Extensão e Serviço Social**. Brasília, 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-2023-01312008185662110.pdf> Acesso em: 14 de jul. de 2024.

BERTOLLO, Kathiúça. Extensão universitária e curricularização da extensão: considerações sobre a formação em serviço social. **Além dos Muros da Universidade**, v. 6, n. 1, p. 148-163, 2021.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em

<https://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808> Acesso em: 18 ago. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX, 2010, Belo Horizonte. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED, 2010.

SARAIVA, J. L. **Papel da Extensão Universitária na Formação de Estudantes e Professores.** **Brasília Médica**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007.